

BATALHAO DE VIATURAS ANFIBIAS

Estudo Técnico Preliminar 6/2026

1. Informações Básicas

Número do processo: 63174.000254/2026-01

2. Descrição da necessidade

2.1. A presente demanda tem por objeto o registro de preços para uma eventual e futura contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário, sob reboque, de Embarcações de Desembarque Litorâneo (EDL), sob demanda em todo o território nacional, a fim de atender as necessidades do Batalhão de Viaturas Anfíbias (BtlVtrAnf).

2.2. A necessidade da contratação fundamenta-se na obrigatoriedade de se assegurar a mobilidade estratégica e logística das embarcações EDL, as quais constituem meios essenciais ao cumprimento da missão institucional do BtlVtrAnf e, por consequência, do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN).

2.3. Justifica-se a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário, sob reboque, de Embarcações de Desembarque Litorâneo (EDL), em razão de sua especificidade técnica, segurança, custo-benefício, inviabilidade de execução do referido objeto por meios próprios e regularidade legal.

2.4. As EDL são empregadas no transporte de tropas e equipamentos no ambiente litorâneo, sendo fundamentais para o cumprimento de missões de: operações anfíbias; operações ribeirinhas; apoio à Defesa Civil; exercícios operacionais conjuntos e Garantia da Lei e da Ordem (GLO), quando aplicável.

2.5. Neste contexto, o posicionamento conclusivo sobre a necessidade da licitação deve destacar a inexistência de meios próprios adequados para esse tipo de transporte, já que as embarcações EDL não possuem, em regra, capacidade de deslocamento terrestre autônomo, impondo a necessidade de contratação externa, à preservação do patrimônio público, a relevância do controle informatizado para otimização dos recursos públicos e a conformidade com as exigências legais que demandam a contratação.

2.6. Diante do exposto, certo de que a aprovação solicitada reflete diretamente no cumprimento na missão administrativa desta Unidade, e que à contratação desse serviço comum está alinhada à missão desta Administração e que será adquirido mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, de acordo com o art. 28, Inciso I, da Lei nº 14.133/2021, sendo o único meio que a Administração Pública Federal possui para cumprir com o princípio da economicidade, legalidade, moralidade, transparência e interesse público, bem como atingir a eficiência administrativa, logo a Companhia de Embarcações de Desembarque Litorâneo entende ser necessária a supracitada contratação.

2.7. Será adotado a forma eletrônica na condução do processo, já que a Lei nº 14.133/2021, estabelece diretrizes para a atuação da administração pública na forma como os processos administrativos devam ser conduzidos. Essa prioridade é dada, em razão da otimização e facilidade no acesso aos documentos e informações. No entanto, existem situações em que a forma em papel pode ser necessária ou mais adequada, como em casos específicos onde a tecnologia não é uma opção viável ou onde a complexidade do processo demanda a análise de documentos físicos. Nesses casos, é fundamental que a administração justifique a escolha da forma em papel, apresentando razões claras e objetivas para a decisão e anexando nos autos do processo.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Companhia de Embarcação de Desembarque Litorâneo	1º TEN (FN) JONATHAS DE CASTRO DIAS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Trata-se de serviço comum, a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica de acordo com o art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.

4.1.1. Os serviços comuns são aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme preconizado no art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133, de 2021.

4.2. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato ou outro instrumento hábil, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

4.3. Da consoante o art. 10 e seu parágrafo único do Decreto nº 11.462/2023:

4.3.1. Os Órgãos e as Entidades de que trata o art. 1º do mesmo Decreto, citado acima, antes de iniciar processo licitatório ou contratação direta, consultarão as Intenções de Registros de Preços em andamento e deliberarão a respeito da conveniência de sua participação, no entanto as razões para não participar podem variar dependendo do contexto da contratação, conforme justificativas abaixo:

4.3.1.1. Necessidades não atendidas: Os bens ou serviços incluídos no registro de preços podem não atender às necessidades específicas da Administração;

4.3.1.2. Condições desfavoráveis: Os termos e condições do registro de preços podem não ser convertidos para Administração em termos de preço, em razão da localidade ou período do contrato;

4.3.1.3. Orçamento limitado: À Administração pode ter um orçamento limitado que não permite a compra dos bens ou serviços listados no registro de preços; e

4.3.1.4. Produtos/serviços não prioritários: Os bens ou serviços oferecidos no registro de preços podem não ser prioritários para Administração.

4.3.2. É essencial avaliar cuidadosamente os motivos para não participar em um registro de preços em andamento, considerando os impactos potenciais nas operações e nas metas da Administração. Além disso, é importante cumprir todas as regulamentações e diretrizes protegidas nas legislações em relação aos registros de preços nos processos licitatórios.

4.3.3. Nesse contexto, o Batalhão de Viaturas Anfíbias (**BtlVtrAnf**), realizará este processo licitatório, em razões de suas necessidades administrativas, e com intuito de otimizar os processos licitatórios no âmbito do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra.

4.4. Será adotado o Sistema de Registro de Preços, e seu enquadramento encontra amparo nos incisos I e II do art. 3º do Decreto nº 11.462/2023:

4.4.1. Do inciso I do referido Decreto – quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes. Justificando-se em razão do aumento da demanda, sendo que uma contratação permanente pode ser mais vantajosa economicamente, eliminando custos recorrentes de processos seletivos frequentes.

4.4.2. Do inciso II do referido Decreto – quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa. Justificando-se em razão da Administração poder contratar serviços de forma mais eficiente e transparente.

4.5. A ata de registro de preços poderá ser prorrogada, no entanto a prorrogação da validade da ata de registro de preços importará na renovação do quantitativo registrado, sem a soma do quantitativo eventualmente não utilizado no primeiro ano de sua vigência, desde que se admita esta renovação sob condições específicas como: previsão no edital, planejamento prévio, comprovação de preços vantajosos e formalização por termo aditivo dentro do prazo de vigência da ata.

4.5.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, conforme preconizado no art. 23, do Decreto nº 11.462/2023.

4.6. Da Adesão Ata de Registro de Preços (conhecida como "carona"):

4.6.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrentes desta licitação, fundamentada em diferentes aspectos, dependendo do contexto jurídico, administrativo ou técnico, razões que podem ser apresentadas como:

4.6.1.1. **Capacidade operacional comprometida:** A quantidade adicional solicitada comprometeria a capacidade de atendimento do fornecedor registrado, colocando em risco o cumprimento das obrigações assumidas com os órgãos participantes da ata.

4.6.1.2. **Extrapolação dos limites legais:** O quantitativo pretendido ultrapassa o limite de até 100% do quantitativo registrado para cada item, conforme previsto no § 4º do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023 (ou normativo correspondente), inviabilizando a autorização da adesão.

4.6.1.3. **Especificidade do objeto contratado:** A ata foi constituída para atender a necessidades específicas do órgão gerenciador e seus participantes, cujas características técnicas e operacionais não se aplicam ao órgão requerente, o que compromete a eficiência e a economicidade da adesão.

4.6.1.4. **Desinteresse da Administração ou do Fornecedor:** A adesão à ata é ato discricionário e não obrigatório. Tendo em vista os aspectos administrativos e o planejamento estratégico do Órgão Gerenciador.

4.6.2. O principal defeito do carona é a transgressão ao dever de licitar, insculpido no art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, além de outros princípios administrativos, configurado pela fruição desenfreada e ilimitada para as adesões realizadas pelos Órgãos que não participaram do procedimento licitatório.

4.7. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

4.7.1. Pelos riscos e valores unitários decorrente da eventual aquisição não apresentaram impacto que justifique a exigência de garantia contratual da execução, certamente a quantia envolvida seria repassada ao valor da aquisição;

4.7.2. Os pagamentos somente ocorrerão após a liquidação das despesas, conforme disposto no Termo de Referência; e

4.7.3. As sanções administrativas definidas no Instrumento Convocatório asseguram que o contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, de forma que a exigência de garantia apenas oneraria desnecessariamente o contrato.

4.8. Após análise técnica e mercadológica relativa ao objeto desta contratação verificou-se que o mesmo não se enquadra na margem de preferência, em razão da inexistência de produtos com as especificações exigidas ou pela natureza específica do objeto licitado, que demanda tecnologia ou fornecimento não disponível no mercado nacional com o mesmo nível de qualidade ou desempenho, inviabilizando a aplicação da margem de preferência prevista no art. 26, da Lei nº 14.133/2021.

4.9. Serão exigidos os Documentos de Habilitação, em razão para garantir a lisura, a transparência e a eficiência das contratações realizadas pelo poder público, conforme preconizado abaixo:

4.9.1. O artigo art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, preceitua que o processo de licitação pública somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações, no entanto o art. 70, III, da Lei nº 14.133/2021, por sua vez, dispõe que as exigências de habilitação poderão ser dispensadas, total ou parcialmente, nas contratações para entrega imediata, nas contratações em valores inferiores a 1/4 (um quarto) do limite para dispensa de licitação para compras em geral e nas contratações de produtos para pesquisa e desenvolvimento até o valor de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), sendo os referidos valores atualizados anualmente por Decreto, conforme art. 182, da Lei nº 14.133/2021. No caso em questão trata-se de uma contratação pelo Sistema de Registro de Preços para então parcelada, pois a exigência de condição de habilitação nos processos licitatórios é fundamental para garantir a lisura, a transparência e a eficiência das contratações realizadas pelo poder público. Essa prática é adotada em todo o mundo como uma forma de selecionar fornecedores e fontes de serviços que possuíam a capacidade técnica, operacional e financeira necessária para cumprir os compromissos assumidos durante a execução dos contratos, entretanto nesse mesmo diapasão apresentamos algumas justificativas para exigir condição de habilitação nos processos licitatórios:

4.9.1.1. Garantia da qualidade dos serviços/produtos: ao verificar a habilitação dos licitantes, a administração pública assegura que os participantes possuam expertise e os recursos adequados para realizar as entregas com a qualidade exigida. Isso evita contratações que podem resultar em produtos ou serviços de baixa qualidade;

4.9.1.2. Preservação do interesse público: uma análise de habilitação garante que apenas empresas idôneas e aptas a cumprir os compromissos com o poder público participar dos processos licitatórios. Dessa forma, evita-se a possibilidade de fraudes, corrupção ou desvios de recursos, preservando o interesse da sociedade;

4.9.1.3. Eficiência no uso dos recursos públicos: A habilitação previa dos licitantes possibilita a seleção de empresas que possuíam uma estrutura sólida e comprovada, apresentavam o risco de inadimplência ou atrasos na execução dos contratos. Isso contribui para evitar desperdícios e retrabalhos, gerados em maior eficiência na utilização dos recursos públicos;

4.9.1.4. Garantia de conformidade legal: A exigência de documentos e certificações comprova que as empresas estão em conformidade com as leis e regulamentações definitivas. Isso inclui aspectos fiscais, trabalhistas, ambientais, entre outros. Essa conformidade é essencial para evitar problemas legais na continuidade da execução do contrato;

4.9.1.5. Competição justa: Ao exigir a habilitação, o processo licitatório se torna mais justo, pois todos os licitantes concorrem em igualdade de condições. A habilitação é um filtro inicial que deve ser superado por todas as empresas interessadas em participar, criando um ambiente competitivo mais equilibrado; e

4.9.1.6. Segurança e confiabilidade na contratação: A verificação da habilitação gera confiança nas empresas contratadas, bem como na população que será beneficiada por serviços ou produtos adquiridos. A confiança do processo licitatório é um fator essencial para fomentar a participação de empresas e a obtenção de melhores propostas.

4.9.2. A exigência de demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios permite à Administração Pública analisar a evolução patrimonial e econômica da empresa, identificando possíveis instabilidades, descontinuidades ou indícios de “maquiagem” das demonstrações, bem como conferir consistência e coerência entre os dois períodos, o que reforça a transparência e a segurança do processo licitatório.

4.9.2.1. Ademais, a comparação entre dois exercícios sociais possibilita uma avaliação mais ampla da capacidade da licitante de cumprir o contrato, observando-se a evolução de indicadores de liquidez, solvência e rentabilidade, sem, contudo, permitir a imposição de índices contábeis mínimos ou máximos que desnecessariamente restrinjam a participação ou impeçam o melhor resultado para a Administração.

4.9.3. As exigências habilitatórias não podem ultrapassar os limites da razoabilidade, além de não ser permitido o estabelecimento de cláusulas desnecessárias e restritivas ao caráter competitivo. Devem restringir-se apenas ao necessário para o cumprimento do objeto licitado.

4.9.4. Quanto a exigência de qualificação técnica a Lei 14133/21 não prevê apresentação de atestados para comprovação no caso de compras. Nada obstante, entende-se ser juridicamente possível que a Administração formule exigências de qualificação técnica dos fornecedores no caso de compras de bens, com fundamento no artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, caso verifique que a exigência somente tem cabimento quando houver alguma atividade envolvida com o fornecimento do bem que justifique esse cuidado. A essência da capacidade operacional é procurar identificar se a futura contratada tem a infraestrutura empresarial e a capacidade de gestão de executar o objeto e, justamente por esse contexto, podem ser feitas exigências de comprovação de anterior execução de quantitativos mínimos compatíveis com o objeto a ser contratado. Só será admitida a exigência de atestados com quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas do objeto da contratação, sendo vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

4.9.5. Diante ao exposto, a exigência de condição de habilitação nos processos licitatórios é uma prática indispensável para selecionar fornecedores responsáveis, competentes e que atendem às exigências técnicas e legais necessárias para a realização de contratos com o setor público. Além disso, promover uma oferta mais justa e eficiente, garantindo o melhor uso dos recursos públicos e a satisfação dos interesses da sociedade.

4.10. A indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, conforme o disposto no Art. 17, do Decreto nº 11.462/2023.

4.11. Realizada a análise do objeto da contratação à luz do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, da Portaria nº 7.828, de 30 de agosto de 2022, do Ministério da Economia (ME) e pela Portaria nº 38, de 21 de março de 2022, da Marinha do Brasil (MB)/Ministério da Defesa (MD), que estabeleceu normas complementares considerando que as contratações referentes ao custeio da máquina pública federal merecem uma supervisão dos dirigentes quanto à qualidade das despesas públicas, buscando um melhor aproveitamento dos recursos públicos e, considerando a natureza das atividades contratadas e não a classificação orçamentária da despesa, logo esta Administração declara, que os serviços pretendidos constituem atividades de custeio.

4.12. Declaração da Contratada de pleno conhecimento das condições necessárias do serviço, de que conhece as condições locais para a execução do objeto ou de que realizou vistoria no local do evento, conforme item 3.3 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017, ou caso opte por não realizá-la, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza do trabalho, que assume total responsabilidade por este fato que não utilizará deste para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com este órgão.

4.13. A Contratada deverá seguir rigorosamente a descrição supracitada na licitação e a demanda específica para o determinado período previsto em contrato ou instrumento hábil, como a Nota de Empenho. A não observação desse item ocasionará sanções para a empresa contratada.

4.14. Quando aplicável, a Contratada deverá apresentar planejamento logístico da operação, contendo prazos estimados para execução de cada transporte solicitado.

4.15. A Contratada deverá seguir rigorosamente os parâmetros das Normas Regulamentadoras (NR), que regulamentam o objeto deste processo licitatório bem como normas aplicáveis ao transporte rodoviário de cargas especiais e indivisíveis.

4.16. Os serviços ora contratados deverão ser executados por funcionários devidamente habilitados pela Contratada, que tem a exclusiva responsabilidade pela sua contratação e demissão, pelo pagamento de seu trabalho, bem como pelo cumprimento de todas as obrigações legais, de qualquer natureza, para com esses trabalhadores, notadamente as referentes às leis trabalhistas e previdenciárias.

4.17. A Contratada responsabilizar-se-á por todo e qualquer prejuízo que possa ser acarretado ao Contratante em função do descumprimento de dispositivos legais relativos aos serviços relacionados no certame.

4.18. A Contratada obriga-se a manter todos os seus empregados devidamente uniformizados, com os equipamentos de segurança necessários durante a prestação do serviço ora contratado.

4.19. Não existe a possibilidade de transferência de tecnologia aplicada ao serviço pois tal nível de manutenção não faz parte do escopo desta Organização Militar, a qual não possui ferramental necessário para a realização deste serviço em se tratando de serviço comum sem aplicação de técnicas inéditas para este Órgão.

5. Levantamento de Mercado

5.1. O levantamento de mercado tem por finalidade identificar as alternativas disponíveis para atendimento da necessidade administrativa, bem como subsidiar a escolha da solução mais adequada sob os aspectos técnico e econômico, considerando a natureza específica do serviço de transporte de embarcações de desembarque litorâneo (EDL).

5.2. No aspecto técnico, foram considerados requisitos como: disponibilidade de empresas especializadas em transporte de cargas especiais e indivisíveis; capacidade operacional para transporte de embarcações de grande porte; necessidade de veículos específicos (carretas especiais); exigência de autorizações legais (AET); e eventual necessidade de escolta e planejamento logístico de rotas.

5.3. No aspecto econômico, foram avaliadas as formas de remuneração praticadas no mercado, especialmente contratação por viagem, por quilômetro rodado ou por operação logística, bem como a variabilidade dos custos em função da distância, complexidade do transporte e características da carga.

5.4. Foram realizadas consultas a contratações similares no âmbito da Administração Pública, incluindo análise de editais, atas de registro de preços e contratações anteriores. Todavia, não foram identificadas soluções plenamente aderentes ao objeto, em razão da especificidade do transporte de embarcações militares e das particularidades operacionais envolvidas.

5.5. Verificou-se que o mercado para prestação desse tipo de serviço é restrito, sendo composto por empresas especializadas em transporte de cargas especiais, o que reduz o universo de potenciais fornecedores aptos a atender integralmente às exigências da Administração.

5.6. Para fins de estimativa de preços, adotou-se metodologia baseada na Média dos valores obtidos em pesquisas de mercado, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65, de 07 de julho de 2021, considerando cotações diretas com fornecedores, estando em acordo com a legislação vigente.

5.7. O Catálogo Eletrônico de Padronização não foi utilizado, tendo em vista que o objeto da contratação não se encontra padronizado no referido sistema, em razão de sua natureza específica e baixa recorrência na Administração Pública.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A descrição do objeto a ser adquirido, visando produzir os resultados pretendidos pela Administração, consiste na escolha dos itens mencionados, fundamentada na análise da vantajosidade técnica e econômica da solução. Trata-se da contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário de embarcações de desembarque litorâneo (EDL), visando atender às demandas operacionais do Batalhão de Viaturas Anfíbias.

6.1.1. Os objetivos da solução como um todo configura garantir a contratação de serviço com qualidade, reduzir custos, assegurar disponibilidade contínua dos serviços, promover a sustentabilidade na escolha dos serviços e melhorar a gestão de logística.

6.1.2. A solução proposta se baseia nas seguintes etapas: levantamento das necessidades, pesquisa e seleção de fornecedores, cotação e negociação, processo de contratação, recebimento e controle de qualidade.

6.1.3. Neste contexto, a implementação dessa solução permitirá uma gestão eficiente e estruturada da contratação supracitada, garantindo economia, qualidade e sustentabilidade. Com isso, é possível otimizar os recursos financeiros e garantir que a execução dos serviços sejam realizados de maneira eficiente.

6.2. As contratações se darão no decorrer da vigência da licitação, ocorrendo de forma parcelada com vários pedidos com emissão de nota de empenho a cada demanda solicitada.

6.2.1. Em razão das restrições orçamentárias todos os objetos desta contratação serão adquiridos através de notas de empenho, que tem por finalidade assegurar a reserva orçamentária necessária para a contratação desses serviços, essenciais para o atendimento das demandas desta Administração.

6.3. O critério de julgamento das propostas será o Menor Preço do Grupo de Itens, conforme o disposto no art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, sendo o modo de disputa utilizado o Aberto previsto no Instrumento Convocatório e o respectivo Registro no Sistema compras.gov.

6.3.1. A licitação será realizada por grupo de itens, pois será essencial para a padronização e a viabilização técnica dos fornecimentos, devido à necessidade de concentrar a contratação de cargas especiais, operações de grandes volumes ao longo do território nacional, análise de rotas, restrições de peso/altura, pontes, viadutos e acesso a áreas urbanas sensíveis ou corredores logísticos novos em uma única empresa do ramo de transporte rodoviário, sob reboque, de Embarcações de Desembarque Litorâneo (EDL), sob demanda em todo o território nacional. Dessa forma, a fiscalização do contrato será mais efetiva e haverá economia de tempo e no detalhamento das demandas.

6.3.2. O Menor Preço ou Maior Desconto para aquisição de bens comuns e na contratação serviços comuns é indicado quando as especificações técnicas são padronizadas no mercado, baseando-se na eficiência em obter o menor custo direto.

6.3.3. O Modo de Disputa Aberto promove a máxima competitividade e transparência, ideal para critérios de menor preço/menor desconto em licitações eletrônicas, resultando em maior eficiência na redução de preços.

6.3.4. A combinação dos parâmetros Menor Preço ou Maior Desconto e do Modo de Disputa Aberto é adequada, pois garante a compra do padrão de qualidade exigido pelo menor preço.

6.4. As condições da contratação e pagamento serão semelhantes às do setor privado podendo ser baseada em diversos fatores que buscam promover a eficiência, competitividade, transparência e sustentabilidade das atividades do setor público. Ao adotar práticas semelhantes às do setor privado, o setor público pode: obter benefícios em termos de eficiência operacional e redução de custos, obtendo processos mais ágeis e menos burocráticos podendo levar a economia de escala e otimização de recursos, incentivar a competição entre fornecedores e geração de serviços, levando a uma maior qualidade de produtos e serviços, aumentar a transparência nas transações e contratos públicos e práticas de aquisição eficientes e pagamentos justos podem contribuir para a sustentabilidade financeira do setor público, permitindo uma gestão mais equilibrada dos recursos disponíveis.

6.4.1. O pagamento dos serviços poderá ser estabelecido por unidade de medida, tais como:

6.4.1.1. Por viagem realizada;

6.4.1.2. Por quilômetro rodado; e

6.4.1.3. Por operação logística completa, conforme definido no Termo de Referência.

6.5. A execução do objeto seguirá a seguinte demanda:

6.5.1. Os serviços compreendem o transporte de embarcações a partir das instalações do Batalhão de Viaturas Anfíbias, situado na Avenida Paiva s/nº Ilha das Flores – Neves São Gonçalo/RJ para os locais indicados pela Administração, e/ou no sentido inverso, incluindo todas as etapas necessárias à execução do serviço, tais como:

6.5.1.1. Planejamento logístico da operação;

6.5.1.2. Carregamento e descarregamento das embarcações;

6.5.1.3. Amarração e acondicionamento seguro da carga;

6.5.1.4. Transporte rodoviário por meio de veículos adequados; e

6.5.1.5. Adoção de medidas de segurança durante todo o percurso.

6.5.2. A execução dos serviços deverá observar as exigências legais aplicáveis ao transporte de cargas especiais e indivisíveis, incluindo a obtenção de Autorizações Especiais de Trânsito (AET), bem como o atendimento às normas dos órgãos competentes, tais como DNIT, DER e PRF.

6.5.3. A contratada deverá dispor de infraestrutura adequada, incluindo:

6.5.3.1. Veículos apropriados (carretas especiais compatíveis com o porte das embarcações);

6.5.3.2. Equipamentos de içamento, quando necessário;

6.5.3.3. Sistemas de fixação e amarração que garantam a integridade da carga; e

6.5.3.4. Equipe técnica capacitada para execução das operações logísticas.

6.6. Não será reservada cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP), microempreendedores individuais (MEI) e aquelas a elas equiparadas para fins de aplicação da Lei Complementar de nº 123, de 2006, pelo motivo apontado a seguir:

6.6.1. Conforme tratativas do art. 8º do Decreto nº 8.538/2015, que disciplina a concessão do tratamento favorecido às MEs e EPPs pela Administração Pública federal, somente nas aquisições de bens de natureza divisível, e desde que não haja prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, os órgãos e as entidades contratantes deverão reservar cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A definição do quantitativo a ser licitado pela Administração Pública deve ser pautada em critérios técnicos claros, objetivos e compatíveis com a natureza do objeto, indicando a metodologia de cálculo adotada.

7.2. Para o correto dimensionamento das quantidades estimadas, o Batalhão de Viaturas Anfíbias realizou levantamento com base no histórico de movimentações logísticas de embarcações de desembarque litorâneo (EDL), considerando operações realizadas, exercícios militares, deslocamentos para manutenção, bem como demandas administrativas e operacionais ocorridas em exercícios anteriores.

7.3. Foram considerados, ainda, os seguintes fatores:

7.3.1. frequência de deslocamentos entre organizações militares e áreas de operação;

7.3.2. distâncias médias percorridas nas rotas mais usuais;

7.3.3. necessidade de apoio a operações anfíbias, exercícios e adestramentos;

7.3.4. eventuais demandas emergenciais de transporte de meios navais; e

7.3.5. características logísticas do transporte de cargas especiais (dimensões, peso e necessidade de escolta).

- 7.4. Adicionalmente, foram incorporadas projeções de demandas futuras, considerando o planejamento operacional do Corpo de Fuzileiros Navais, incluindo intensificação de exercícios, apoio a operações e emprego em ações subsidiárias, como apoio à defesa civil em situações de calamidade pública.
- 7.5. O quantitativo estimado foi estruturado com base em unidades de serviço (viagem e/ou quilômetro rodado), de forma a permitir contratações sob demanda, conferindo maior flexibilidade operacional e eficiência na gestão dos recursos públicos.
- 7.6. O resumo da descrição do objeto e as quantidades estimadas de serviços a serem contratados estão compreendidos no quadro abaixo, constituindo mera expectativa de consumo, não gerando obrigação de contratação por parte da Administração.
- 7.7. Diante do exposto, a Administração demonstra que o quantitativo estimado é suficiente e adequado para atender às necessidades institucionais, observando os princípios da eficiência, economicidade e planejamento, evitando tanto a subestimativa quanto a superestimativa da contratação:

Item	Descrição/Especificação	CATSER	UF	REQ MIN	REQ MAX
1	Prestação de serviço de mobilização e desmobilização de meios até o ponto de origem e preparação para início do transporte e retorno.	16160	UN	04	24
2	Prestação de serviço de transporte rodoviário por quilometragem rodada.	22730	KM	120	7.920

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 297.453,60

- 8.1. O valor estimado global máximo da contratação é de R\$ 297.453,60 (duzentos e noventa e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta centavos), apurado com base em pesquisa de mercado realizada conforme as diretrizes da legislação vigente, representando mera estimativa para fins de planejamento, não implicando obrigação de contratação por parte da Administração.
- 8.2. A estimativa foi elaborada considerando a natureza do objeto, consistente na prestação de serviços de transporte de embarcações de desembarque litorâneo (EDL), sendo adotadas como unidades de referência o valor por viagem e/ou por quilômetro rodado, de acordo com os cenários operacionais previstos.
- 8.3. Para a formação do valor estimado, foram observados os seguintes parâmetros:
- 8.3.1. levantamento de preços junto a fornecedores do ramo compatível com o objeto;
 - 8.3.2. análise de contratações similares, quando disponíveis;
 - 8.3.3. consideração das variáveis inerentes ao transporte de cargas especiais, tais como:
 - 8.3.3.1. distância percorrida;
 - 8.3.3.2. dimensões e peso da carga;
 - 8.3.3.3. necessidade de Autorizações Especiais de Trânsito (AET);
 - 8.3.3.4. eventual exigência de escolta;
 - 8.3.3.5. custos logísticos operacionais.
- 8.4. A metodologia adotada para definição do preço de referência baseou-se na média dos valores obtidos na pesquisa de mercado, em conformidade com a Instrução Normativa nº 65/2021.
- 8.5. O detalhamento da estimativa do valor da contratação encontra-se nos documentos denominados Mapa de Cotação de Preços e Documento de Formalização da Pesquisa de Mercado, que integram o presente processo.
- 8.6. A documentação comprobatória dos levantamentos realizados, contendo as fontes de pesquisa e respectivas evidências, encontra-se devidamente anexada aos autos do processo licitatório, assegurando transparência, rastreabilidade e aderência aos princípios da economicidade e da vantajosidade.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Compete à administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação.

9.2. A partir dessas premissas é que se deve avaliar o parcelamento do objeto, sem esquecer que, a rigor, objetos divisíveis, complexos ou de naturezas distintas devem ser parcelados em itens independentes com vistas à ampliação da competitividade – princípio básico da licitação – propiciando, assim, que os licitantes apresentem propostas individualizadas para cada um deles, de acordo com suas condições, e, igualmente, que o julgamento seja feito em relação a cada qual, o que usualmente resulta em preços mais vantajosos.

9.3. O não parcelamento do objeto, seja para os fins da adoção de um objeto único ou mesmo do agrupamento de itens em lotes – que por óbvio devem guardar compatibilidade entre si, admitir julgamento com base em um mesmo critério e permitir execução por um mesmo fornecedor –, por sua vez, deve ser visto com cautela e exige justificativa adequada e consistente, já que ao menos em tese reduz a competitividade, na medida que impõe a cotação do global ou de todos os itens que compõem cada lote pelos particulares, e pode também não resultar na escolha da proposta efetivamente mais vantajosa, em virtude de o julgamento considerar o custo total do objeto ou de cada lote definido, conforme o caso, e não dos itens isolados. Bem por isso é que a decisão relativa à divisão ou não do objeto deve ser motivada em cada caso concreto e deve ser precedida de estudos do mercado específico ainda na fase interna da contratação, que evidenciem a vantagem sob a ótica técnica e/ou econômica.

9.4. Neste contexto, esta Administração entende que a regra não é aplicável, devido ser essencial para o este processo em lide a padronização e viabilização técnica dos fornecimentos. Por este motivo, os itens desta licitação foram agrupados devido à necessidade de concentrar a contratação de cargas especiais, operações de grandes volumes ao longo do território nacional, análise de **rotas, restrições de peso/altura, pontes, viadutos e acesso a áreas urbanas sensíveis ou corredores logísticos novos** em uma única empresa do ramo de **transporte rodoviário, sob reboque, de Embarcações de Desembarque Litorâneo (EDL), sob demanda em todo o território nacional**. Dessa forma, a fiscalização do contrato será mais efetiva e haverá economia de tempo e no detalhamento das demandas.

9.5. Em conformidade com o Acórdão 5.260/2011 – TCU – 1ª Câmara, no citado aresto fica constatado que “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por grupos ou lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem correlação entre si”. Assim, é que, dentro da competência discricionária que é assegurada à Administração, optou-se por adotar um critério de julgamento e divisão do grupo, que se reputa mais ajustado às necessidades e eficiência administrativas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Esta unidade não identificou necessidade de contratações correlatas ou interdependentes.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. As Forças Armadas poderão aplicar, no que couber, as normas pertinentes ao SISG, de acordo com § 2º do Art. 1º Decreto nº 1.094, de 23 de março de 1994, indicando assim a possibilidade de implantar o Plano de Contratação Anual (PCA) no sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC).

11.2. Conforme Parágrafo Único do Art. 1º do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, com redação incluída pelo Decreto nº 11.137, de 2022, o cumprimento de suas disposições é dispensável aos Comando da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sem prejuízo da observância do princípio do planejamento de que trata o art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

11.3. O PCA sinaliza ao mercado fornecedor as pretensões da Administração Pública de modo que este se prepare adequadamente e com antecedência para participar dos certames licitatórios propiciando ainda, a maximização dos resultados institucionais, a partir da melhoria da governança e da gestão das contratações, além de maior transparência e controle com a publicação dos planos.

11.4. Cabe destacar que o PCA e o PGC são ferramentas que devem se adequar às necessidades dos órgãos, atendendo às suas características e peculiaridades. Por outro lado, há a necessidade de adaptação do sistema de governança dos Órgãos da Marinha do Brasil às regras e de definição interna de qual agente público desempenhará cada papel no sistema.

11.5. Há o alinhamento entre a contratação e a última atualização de planejamento das contratações do decorrente exercício financeiro previsto como subsídio do PAR (Plano de Aplicação de Recursos), dispondo para o ano de 2026. Esta Administração dispõe de uma ferramenta de planejamento de contratações consubstanciada no Sistema de Acompanhamento Financeiro (SAFIN).

11.6. Além disso, seguindo o disposto na Circular nº 18/2026 da Secretaria-Geral da Marinha, foi implementada a utilização do Sistema de Planejamento e Gerenciamento de Contratações (PGC) para a elaboração do Plano de Contratações Anual (PCA). Assim, a contratação decorrente do presente processo de licitação encontra-se prevista no PCA sob o identificador 795340-32/2026.

11.7 Diante de todo exposto, a presente demanda decorre de fato previsível, e encontra-se alinhada ao Plano Anual de Contratação - 2025 do Batalhão de Viaturas Anfíbias e não se vincula a políticas públicas específicas, mas tão somente à missão desta Administração, garantindo o seu planejamento estratégico e subsidiando a elaboração das respectivas leis de diretrizes orçamentárias, estando em conformidade com às disposições do Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022 e o art.12, inciso VII, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. Com a realização do procedimento licitatório, nos termos propostos neste Estudo Técnico Preliminar, a Administração almeja assegurar a execução dos serviços com economicidade, eficiência e confiabilidade, de forma planejada e alinhada às necessidades operacionais do Batalhão de Viaturas Anfíbias.

- 12.2. A contratação da prestação de serviços de transporte de embarcações de desembarque litorâneo (EDL) proporcionará os seguintes benefícios:
- 12.2.1. Aumento da capacidade de apoio logístico às operações anfíbias, garantindo maior mobilidade dos meios navais;
 - 12.2.2. Redução do tempo de resposta para deslocamento das embarcações entre Organizações Militares e áreas de operação;
 - 12.2.3. Maior segurança no transporte de cargas especiais, por meio da utilização de empresas especializadas e devidamente equipadas;
 - 12.2.4. Otimização dos recursos públicos, com contratação sob demanda (por viagem e/ou quilômetro rodado), evitando custos desnecessários;
 - 12.2.5. Padronização dos serviços logísticos, assegurando qualidade, rastreabilidade e controle na execução contratual; e
 - 12.2.6. Apoio à manutenção da prontidão operativa do Corpo de Fuzileiros Navais, contribuindo diretamente para o cumprimento de sua missão institucional.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. O Batalhão de Viaturas Anfíbias designará formalmente os agentes responsáveis pela gestão e fiscalização contratual, incluindo Gestor do Contrato e Fiscais (Técnico, Administrativo e/ou Setorial), nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, garantindo o adequado acompanhamento da execução dos serviços.

13.2. A fiscalização contratual terá como foco a verificação do cumprimento das obrigações relativas à prestação dos serviços de transporte de embarcações de desembarque litorâneo (EDL), especialmente quanto à segurança da carga, cumprimento de prazos, adequação dos meios empregados e conformidade com as exigências legais aplicáveis ao transporte de cargas especiais.

- 13.3. Para a efetivação da contratação, deverão ser observadas as etapas regulares do processo licitatório, compreendendo, entre outras:
- 13.3.1. elaboração e consolidação dos documentos da fase de planejamento;
 - 13.3.2. autorização da autoridade competente;
 - 13.3.3. condução do certame licitatório na modalidade pregão eletrônico;
 - 13.3.4. análise jurídica pela Consultoria Jurídica da União;
 - 13.3.5. adjudicação e homologação do resultado; e
 - 13.3.6. emissão de Nota de Empenho, Ordem de Serviço ou instrumento equivalente para formalização das contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços.

13.4. O presente Estudo Técnico Preliminar não se enquadra nas hipóteses de restrição de acesso previstas na Lei nº 12.527/2011, sendo classificado como documento público, apto à ampla divulgação.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A Contratada deverá observar a legislação ambiental vigente, em especial a Lei nº 6.938/1981, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 10.936/2022 e demais normas correlatas aplicáveis à execução dos serviços.

14.2. Para os serviços que envolvam atividades potencialmente poluidoras, a Contratada deverá estar regularmente registrada no Cadastro Técnico Federal – CTF/IBAMA, quando aplicável.

14.3. A Contratada será responsável pela correta gestão dos resíduos gerados na execução dos serviços, especialmente:

14.3.1. óleos lubrificantes usados ou contaminados;

14.3.2. graxas, solventes e fluidos automotivos;

14.3.3. resíduos de pintura e materiais contaminados; e

14.3.4. devendo realizar coleta, armazenamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada, conforme legislação vigente.

14.4. Nos termos da Resolução CONAMA nº 362/2005, a Contratada deverá:

14.4.1. recolher e armazenar adequadamente o óleo lubrificante usado;

14.4.2. destinar o material por meio de empresa autorizada ou ponto de coleta regular; e

14.4.3. comprovar a destinação final quando solicitado pela Administração.

14.5. A Contratada deverá adotar medidas para:

14.5.1. redução da geração de resíduos;

14.5.2. prevenção de contaminação ambiental; e

14.5.3. uso racional de insumos.

14.6. O custo decorrente do cumprimento das obrigações ambientais será de responsabilidade da Contratada.

14.7. O Plano de Logística Sustentável (PLS) se caracteriza como instrumento de planejamento e governança estratégica, que orienta a implementação, execução, monitoramento e avaliação, de modo que se efetive o alinhamento do PLS com as contratações realizadas, sendo essencial a sua importância, pois a responsabilidade ambiental não pode ser ignorada no cenário global atual. No entanto neste mesmo diapasão, a Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores vincula o seu Plano de Logística Sustentável ao Plano Diretor de Logística Sustentável da Marinha do Brasil (PLS-MB) 2025-2027, instituído pela Portaria nº 109/2025, do Estado-Maior da Armada, reunindo representantes de todos os setores da Força. O processo contou com diagnóstico abrangente, identificação de oportunidades de melhoria e proposição de metas tangíveis, em conformidade com os eixos temáticos estabelecidos pelo Caderno de Logística da SEGES/MGI, que tem por finalidade de atender as exigências de diversos normativos, nacionais e estrangeiros, que impõem o respeito ao desenvolvimento sustentável, bem como a jurisprudência do TCU que aponta a necessidade de que os Planos de Gestão de Logística Sustentável estejam previstos no planejamento estratégico de cada Órgão da Administração Pública.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1.1. Este Estudo Preliminar contempla a realização da contratação nos termos da Lei nº 14.133/2021, e prescreve a obrigatoriedade de realização de licitação na modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para processar a contratação de uma empresa especializada na prestação de serviços de transporte rodoviário, sob reboque, de Embarcações de Desembarque Litorâneo (EDL), sob demanda em todo o território nacional, sendo a contratação, individualizada e detalhada, com todas as especificações necessárias e suficientes para garantir a qualidade dos serviços.

15.1.2. Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Base de Fuzileiros Navais da Ilha das Flores e que o mesmo traz os conteúdos previstos na Instrução Normativa nº 58, de 08 de agosto de 2022.

15.1.3. Declaramos o reconhecimento, nos limites da atuação de agentes da contratação, pela correta execução e do cumprimento das funções técnicas, assumindo a responsabilidade legal pela veracidade desta declaração.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JONATHAS DE CASTRO DIAS

Membro da comissão de contratação

ERIC CORDEIRO PARAUTA

Responsável pela contratação direta

FABIO SANTOS DE ARAUJO

Autoridade competente